

# RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NA AGRICULTURA: algodão no Maranhão (1760 a 1888) e café em São Paulo (1886 a 1929)<sup>1</sup>

Francisco Benedito da Costa Barbosa<sup>2</sup>

**RESUMO:** Este trabalho apresenta resultado de pesquisa sobre as relações de produção na agricultura do algodão no Maranhão, no período 1760 a 1888, e na agricultura do café em São Paulo, no período 1886 a 1929; ambas agriculturas estabeleceram fortes economias nas suas respectivas regiões. Analisa, também, os principais aspectos dessas relações: sistemas econômicos, tipo de mão-de-obra e políticas que contribuíram para São Paulo iniciar, com o apoio da economia cafeeira, a sua industrialização, enquanto o Maranhão entrou numa crise econômica, cuja recuperação só aconteceu a partir de 1920 com a economia do babaçu.

**Palavras-chave:** agricultura, mercantilismo, capitalismo, mão-de-obra, desenvolvimento econômico.

## PRODUCTION RELATIONSHIPS IN AGRICULTURE: cotton in Maranhão (1760-1888), coffee in São Paulo (1886-1929)

**ABSTRACT:** This paper presents the results of a research on production relationships in two Brazilian states: Maranhão's cotton plantations over 1760-1888 and, in the São Paulo's coffee plantations over 1886-1929. Both agricultures set up strong economies in their respective regions. The analysis focuses on the main aspects of the production relationships: economic systems, kinds of labor and economic policies. Whereas São Paulo supported its industrialization with the coffee economy, Maranhão suffered an economic crisis, whose recovery only happened as of 1920 with babassu economy.

**Key-words:** agriculture, mercantilism, capitalism, labor, economic development.

**JEL Classification:** Q1, Q17, Q18.

---

<sup>1</sup>Registrado no CCTC, ASP-06/2005.

<sup>2</sup>Engenheiro Agrônomo, Mestre, Consultor do Conselho Estadual dos Secretários Municipais de Agricultura do Pará (e-mail: franciscobarbosa@yahoo.com.br).

## 1 - INTRODUÇÃO

A agricultura tem exercido um papel importante no desenvolvimento econômico brasileiro. O algodão no Maranhão e o café em São Paulo, nos períodos aqui pesquisados, constituem exemplos dessa realidade.

A pesquisa da cotonicultura maranhense, no período 1760 a 1888, e da cafeicultura paulista, de 1886 a 1929, não se reporta ao passado apenas pelo passado, procura entender o que e como essas economias promoveram as duas regiões.

Essas culturas, responsáveis por grandes acumulações de capital, propiciaram diferentes fases de desenvolvimento econômico ocorridos no Maranhão e em São Paulo. O café lançou as raízes da industrialização paulista, enquanto o algodão, embora tenha tido um período próspero, não evitou o declínio econômico maranhense, cuja recuperação só aconteceu a partir de 1920 com o extrativismo do babaçu.

Para se entender o comportamento desses dois ciclos econômicos é importante averiguar as relações de produção ocorridas nessas agriculturas, destacando-se não apenas os sistemas econômicos (mercantilismo e capitalismo), e o tipo de mão-de-obra (escrava e assalariada), bem como as ações das respectivas elites político-econômicas e as políticas daí decorrentes.

A pesquisa está estruturada em mais cinco seções. A segunda aborda teoricamente as relações de produção do algodão maranhense. A terceira analisa essas relações na cultura do algodoeiro no Maranhão no período 1760 a 1888. A quarta trabalha os aspectos teóricos das relações de produção no complexo cafeeiro paulista. A quinta analisa essas relações na cultura do café em São Paulo de 1886 a 1929. As considerações finais constam da sexta seção.

## 2 - ABORDAGEM TEÓRICA DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO DO ALGODÃO MARANHENSE

De 1751 a 1772, o Maranhão vinculou-se administrativamente ao Estado do Grão-Pará e Mara-

nhão. Com a divisão administrativa de 1772 foi separado e sua região passou a ser denominada de Estado do Maranhão e Piauí, condição que perdurou até 1811 quando se tornaram duas capitanias independentes (CHAMBOULEYRON, 2005).

Sua economia despontou com a Companhia Geral do Comércio do Grão-Pará e Maranhão, criada em 1755, originária de proposta da Câmara de São Luís, em 1752, com o objetivo de explorar o comércio da importação de escravos negros. A proposição foi acatada pelo governador-geral desse Estado, Francisco Xavier de Mendonça Furtado, que a encaminhou ao seu irmão, o ministro do governo português, Sebastião José de Carvalho e Melo, Marquês de Pombal. O governante metropolitano encampou a idéia, ampliou seus objetivos e deu o monopólio do comércio da Região Norte do Brasil a um grupo de comerciantes portugueses, diminuindo a dependência de Portugal em relação aos ingleses (MEIRELES, 2001).

A companhia introduziu mão-de-obra africana, melhores técnicas agrícolas e crédito, variáveis que impulsionaram a agricultura, principalmente o algodão, matéria-prima fundamental para a indústria têxtil inglesa, que nesse momento deixara de contar com a produção norte-americana em virtude da declaração da independência das treze colônias inglesas, em 1776.

Entre 1760 e 1771, as exportações de algodão passaram de 651 para 25.473 arrobas. O movimento de navios no porto de São Luís, inicialmente de três, atingiu 26 em 1788 (GAIOSO, 1970). Em 1780, o algodão respondia por 24% das exportações do Brasil Colônia, superado apenas pelo açúcar, que liderava com 34% (PINAZZA e ALIMANDRO, 2000). A força da economia brasileira nesse período pode ser avaliada quando comparada às exportações dos Estados Unidos. Ali, as exportações para a Inglaterra foram de 1,7 milhão de libras, em 1774, valor que correspondia a 70% do total das exportações brasileiras (NORTH, 1966).

É bastante provável que a economia colonial brasileira possuísse um tamanho e uma diversificação bem maiores que a dos Estados Unidos; teria sido a maior economia do Novo Mundo, feita em três séculos de mercantilismo (CALDEIRA, 1999).

Nessa ocasião, o PIB *per capita* do Brasil era de 61,2 dólares, o do Estado do Maranhão e Piauí 112 dólares, a região da Paraíba ficava em último lugar com 22,4 dólares (ARRUDA, 1980).

Em 1808, como resultado da política de abertura dos portos estabelecida com a vinda da família real portuguesa para o Brasil, as exportações maranhenses, com valor de mais de um milhão de libras e movimentando 155 navios, estavam à frente de Pernambuco, ombreando-se à Bahia. Nessa mesma época, o Pará exportava o equivalente a 14% desse valor, e São José do Rio Negro (atual Amazonas), apenas 5%.

Em 1815, o Brasil foi elevado à categoria de Reino Unido de Portugal e Algarves, deixando oficialmente de ser colônia. A divisão política é modificada, a capitania do Maranhão passa a ser uma província. Nessa ocasião, a economia maranhense fornecia ao tesouro português mais tributos do que o resto do reino, excetuadas as demais províncias brasileiras. As condições de vida de sua população melhoram, forma-se um movimento intelectual pautado no Arcadismo e na introdução do pensamento pré-romântico no Brasil (NICOLA, 1998). Este foi responsável pela denominação de Atenas brasileira para a cidade de São Luís, que ganha nova dimensão até situar-se como quarta cidade brasileira em população atrás do Rio de Janeiro, Salvador e Recife, em 1822 (TRIBUZI, 1981).

Até o terceiro decênio do século XIX a economia do Maranhão poderia ser denominada "a economia do algodão". A participação desse produto na exportação variou entre 73% e 82%, e mesmo nos períodos de crise, a partir de 1845, o algodão continuou a ser o mais importante produto de exportação maranhense, até os primórdios do século XX (CARVALHO, 1982). O Maranhão foi pioneiro na industrialização do algodão ao instalar sua primeira fábrica em 1855 (AMARAL, 1958). No entanto, a Bahia liderou o setor até 1875, com 11 unidades instaladas, enquanto o Maranhão continuava com uma, num total de 30 existentes no País (STEIN, 1979).

Durante a Guerra de Secessão americana, 1860-65, o algodão maranhense teve sua demanda ampliada no mercado internacional, contudo, os

EUA, ao retomarem sua produção, após o conflito, reverteram esse quadro devido, entre outros fatores, a melhor produtividade dos seus cultivos.

Essa situação manteve-se até 1888, quando ocorreu uma "loucura industrial" na elite econômica maranhense, querendo transformar a economia escravocrata agrícola num parque industrial de trabalho livre. De modo que no início da República a nova unidade política Estado do Maranhão contava com dezessete fábricas, sendo uma em Codó, três em Caxias, e treze em São Luís (MEIRELES, 2001).

Nessa ocasião, o Estado de São Paulo liderava o parque têxtil nacional com dezoito unidades instaladas, em virtude de apresentar mercado local em expansão devido à força de trabalho assalariada do complexo cafeeiro do oeste paulista e melhores condições agrônomicas de cultivo para o algodão (CANO, 1990). No entanto, a cotonicultura, além de expandir a economia, colocou o Maranhão, em alguns aspectos do negócio do algodão, como pioneiro no Brasil. Foi o primeiro grande produtor e exportador brasileiro de algodão, em fins do século XVIII (ALBUQUERQUE, 1980). Abrigou a primeira estação experimental de algodão, em Coroatá. O primeiro descaroçador foi instalado, em 1826, na fazenda Barbados, em Itapecuru, Estado do Maranhão (AMARAL, 1958).

### 3 - RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NA CULTURA DO ALGODOEIRO NO MARANHÃO (1760 A 1888)

Portugal é transformado em Estado absolutista, no século XII, porém sua burguesia não ascende ao poder. Forma-se um Estado patrimonial<sup>3</sup>; a administração é feita pelo estamento<sup>4</sup>, que se serve da classe comercial e ao mesmo tempo a despreza (FAORO, 2001). A economia apóia-se num mercantilismo de Estado estabelecido em três princípios: conquista, colonização e evangelização.

<sup>3</sup>É aquele onde não se distingue a riqueza particular da pública, tudo é patrimônio do rei.

<sup>4</sup>É uma corporação de poder estruturada numa comunidade político-administrativa que assessorava o rei.

Segundo Braudel (1966), não havendo uma atividade econômica substancialmente remuneradora para o capital mercantil, buscavam-se investimentos que conferissem prestígio social, aquisição de terras, especulações imobiliárias, atividades mineiras e indústria artesanal.

A acumulação de capital no sistema mercantilista aproximava o investimento do lucro à medida que imobilizava em fatores de produção (ferramentas, máquinas, oficinas, etc.) e operava as melhores oportunidades de mercado. Por essa razão, tem lugar assegurado, na era do capital mercantil, tanto o trabalho independente do produtor europeu, integrado ou não ao sistema produtivo, quanto o trabalho escravo das plantações tropicais, representando ambos custos elevados para o capital circulante, mas cujos ônus de gerência e reposição ficavam para seus controladores imediatos. No caso maranhense, esses controladores eram os produtores de algodão e comerciantes locais.

A força econômica do Maranhão, 1760-1820, promovida principalmente pela cultura do algodão, ocorreu sob o comércio colonial que integrava o Antigo Sistema Colonial, que por sua vez fazia parte do chamado "Sistema" Mercantilista, ou, simplesmente, Mercantilismo<sup>5</sup>.

Esse foi um dos fatores responsáveis pelo surgimento dos grandes Estados modernos na Europa Ocidental, contribuindo para que os mesmos monopolizassem os mercados e os produtos ao garantir a exploração da compra e venda de mercadorias nas colônias. Através de produtos e comércio favorecidos transferia-se grande quantidade de riqueza para as metrópoles.

Nessas condições, a América representava para a Europa, em termos comerciais, a segurança de obter sempre um saldo favorável em seu comércio internacional. Para a burguesia europeia significava o controle comercial com altos lucros. E para o Estado, o controle fiscal garantindo a continuidade do sistema colonial (PRODANOV, 1990).

Para tal, formaram-se poderosas companhias

comerciais privilegiadas, com exclusividade de transações entre as várias regiões do mundo. Esse procedimento pautava-se em uma das idéias mais caras ao pensamento mercantilista, a balança comercial que implicava a identificação entre a economia de um país e a economia de uma empresa mercantil (FALCON, 1989).

O zelo pela balança comercial originava-se do princípio fundamental da economia política defendida pelo mercantilismo, cujo foco era a circulação de mercadorias, pautando-se na exportação de produtos excedentes com demanda inelástica na metrópole e a importação de outros com situação inversa nesse mercado. Isso porque, o interesse do capital mercantil era se vincular às oportunidades de lucro advindas do rápido giro comercial, ou seja, não ficar imobilizado em capital fixo, inerente ao setor produtivo. É nesse contexto que as colônias jogavam um papel decisivo, ao propiciarem altos lucros com pequena imobilização de capital, seja do Estado, seja da burguesia mercantil metropolitana. O ônus dessa expropriação recaía sobre a produção colonial.

A expropriação começava no tipo da mão-de-obra utilizada, pelo fato de ter sido usado o trabalho escravo que permitia uma dupla extração de excedente econômico, à medida que era o mercador metropolitano quem vendia esse escravo ao produtor colonial, lucrando uma primeira vez e depois comprava, a preço de monopólio, a produção encarregada por esse escravo, revendendo-a com exclusividade ao consumidor metropolitano a preço de monopólio.

Além disso, por maior que fosse a riqueza gerada pelo algodão, seu objetivo final era a acumulação primitiva do capital mercantil português. Mais que isso, os maus investimentos oriundos dessa acumulação tornavam insustentável sua reprodução, comprometendo o crescimento econômico da metrópole e da colônia. Também, pela própria condição de ser uma unidade produtiva de um sistema econômico cujo poder de acumulação e de investimento estavam fora da área produtora, não permitiam que se estabelecesse um processo de desenvolvimento econômico sustentável em seus domínios.

<sup>5</sup>Doutrina econômica que caracterizou o período da Revolução Comercial, séculos XVI ao XVIII.

Não se pode esquecer que as políticas econômicas que afetavam a dinâmica da produção do algodão maranhense na sua fase de maior crescimento econômico (1760-1820) eram estabelecidas em Portugal e, apesar de essa atividade ter moldado a sociedade e a economia da época em terras maranhenses, elas não foram planejadas com o intuito de enriquecer o Brasil, mas, sim, a coroa portuguesa.

Quanto ao aspecto agrônomico, o solo maranhense apresentava queda da fertilidade natural com rapidez, devido ao manejo não apropriado às condições ecológicas dos trópicos úmidos, o que obrigava a busca de novas fronteiras agrícolas. As plantações de algodão eram transferidas a cada três anos para novas áreas de mata (REZENDE, 2000).

Com a independência do Brasil em 1822, a acumulação do capital também passa a ocorrer com a burguesia nacional através da nova elite econômica: os grandes comerciantes e proprietários de terras. O Estado brasileiro alterou o imposto de importação, que desde 1828 vigorava em 15%, para atender as exportações inglesas, majorando-o em 1844 pela tarifa Alves Branco para índices entre 30% e 60%; para os tecidos ficou em 50%; e a importação de máquinas foi desonerada (LIMA, 1970).

Por que a economia algodoeira maranhense não se beneficiou com essas medidas? Um dos problemas estava no custo do escravo; seu pagamento era estabelecido com total adiantamento, como capital fixo, no qual a lucratividade dar-se-ia por toda a "vida útil" do trabalhador, ou cessaria com a sua "morte prematura" (CARDOSO, 1962). A escravidão bloqueava uma maior divisão técnica do trabalho, quanto à especialização do trabalhador. Havia o custo com a vigilância dos escravos. Não bastassem essas diferenças na industrialização, a produção do algodão maranhense enfrentava problemas de ordem agrônomico, ou seja, menor produtividade quando comparada a dos EUA. Finalmente, a burguesia maranhense mantinha-se alinhada ao pensamento e às práticas mercantilistas "herdadas" da sua congênere portuguesa.

A partir de 1846, a expansão da cultura do algodão deu-se a custos crescentes. Um dos aspectos

importantes desse sistema de produção, a importação de escravos, começara a se tornar economicamente inviável. Com a expansão cafeeira no Sudeste brasileiro, o tráfico interno dessa força de trabalho passou a ser utilizado pela economia agroexportadora do café. Essa condição incentivou os mercantilistas maranhenses a participarem desse novo negócio mais lucrativo, tendo em vista que a economia algodoeira estava em decadência em virtude de não ter competitividade no mercado internacional (CARVALHO, 1982).

As elites políticas e econômicas promoveram a emigração e a colonização através da criação de um caixa especial para financiá-la; instituíram um regulamento para reger a vida nas colônias e mencionados critérios de seletividade de colonos. Em 1853, ocorreu a implantação de seis colônias com 887 imigrantes, sendo 847 portugueses e 40 chineses; dessas, quatro colônias não prosperaram. A conclusão a que chegaram os seus promotores foi que a província não estava em condições financeiras de estabelecer a colonização, não tendo condições de competir com a economia cafeeira em expansão no Sudeste do Brasil, e também com os EUA, a Austrália e a Argentina (ALMEIDA, 1983).

Outro aspecto que contribuiu para esse processo de decadência da *plantation* agroexportadora do Maranhão foi o relacionado com o escoamento da produção, que utilizava o transporte fluvial nos grandes rios - Itapecurú, Mearim, Pindaré - que cortam o Estado e deságuam no golfo maranhense, em São Luís. À medida que a fronteira agrícola se distanciava das margens desses rios, eram maiores as dificuldades operacionais e os custos para o deslocamento da produção. Por fim, a cotonicultura maranhense sofreu com a consequência do extrativismo da borracha amazônica que contribuiu para disputar a pouca força de trabalho ainda disponível no Maranhão.

À luz da teoria econômica, esse processo vivenciado pela cotonicultura maranhense deve ser entendido pelo investimento e fluxo de renda, quando comparados às funções dessas variáveis em uma economia que se industrializava, como a paulista.

ta. Na economia industrial, os investimentos fazem crescer diretamente a renda da coletividade em quantidade idêntica ao investido, isto porque o investimento se transforma em pagamentos a fatores de produção, o que hoje se denomina de cadeia produtiva a montante.

Na economia exportadora-escravista, o resultado do investimento é inteiramente inverso. Parte dele faz-se em pagamento no exterior com a importação do trabalhador, dos equipamentos e materiais de construção. No entanto, a maior parte do investimento destinava-se a adquirir força de trabalho, desse modo, a diferença entre o custo de reposição e de manutenção dessa mão-de-obra e o valor do seu produto era lucro para o seu proprietário mercantilista, e com um detalhe a mais, esse incremento de renda não tinha expressão monetária, pois não era objeto de nenhum pagamento (FURTADO, 2001).

Ressalte-se que qualquer mercadoria produzida nesse sistema tem um preço superior à sua similar produzida no sistema capitalista, visto que incorpora em seu custo de produção dois elementos extras: o valor da aquisição do escravo e o salário de quem o vigia.

Mesmo assim, o problema não se esgota no sistema de produção escravista, como sendo incapaz de acumular capital. O sul dos Estados Unidos conheceu uma crescente acumulação, e essa se fazia basicamente por uma crescente produtividade do capital, traduzida pelo crédito. Os títulos dos *farmers* podiam ser descontados no mercado. Como resultado, havia acumulação de capital no interior do sistema (CALDEIRA, 1999).

A diferença em relação ao Brasil é que nos EUA essa acumulação era endógena, diferentemente do que ocorria aqui, onde a mesma, no período colonial, dava-se em Portugal e, na fase nacional, o país não dispunha do mecanismo de crédito como o existente nos EUA.

Conforme demonstrado, fora praticamente impossível ao Maranhão estabelecer o seu desenvolvimento econômico a partir da sua cotonicultura. Quando sua economia algodoeira estivera atrelada ao Antigo Sistema Colonial, os processos de acumu-

lação de capital e os novos planos de investimentos se davam na Europa. Na fase nacional, esse objetivo não foi conseguido devido à mentalidade e à prática mercantilista dos investidores maranhenses, às condições estruturais, à baixa produtividade agrícola e, também, à concorrência da produção americana com melhores condições de competitividade no mercado internacional.

Situação completamente diferente ver-se-á quando da análise, a seguir, do que foi capaz de estabelecer em São Paulo a economia cafeeira capitalista do oeste paulista.

#### 4 - ASPECTOS TEÓRICOS DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NO COMPLEXO CAFEIEIRO PAULISTA

Esta pesquisa sobre o complexo cafeeiro do oeste paulista começa em 1886 por dois aspectos. Primeiro, porque a partir dele a expansão cafeeira estava totalmente assegurada pelo trabalho assalariado. A cafeicultura dessa região havia solucionado sua questão fundamental, a força de trabalho. Fizera muito mais ao subordinar efetivamente o trabalho, implantou, com isso, as bases da economia cafeeira capitalista (CANO, 2002). Segundo, foi essa cafeicultura que estabeleceu um período de desenvolvimento econômico no Estado de São Paulo, conduzindo-o à industrialização.

Nessa região, a expansão da cultura do café encontrou grande disponibilidade de área, condições favoráveis do clima, da topografia e da fertilidade do solo; foram introduzidos arado e roçadeira como técnicas de cultivo (CANO, 1990). O beneficiamento do café pós-colheita foi mecanizado, aumentando a produtividade e melhorando a qualidade do café para exportação, fazendo com que na década de 1880, os produtores recebessem até 33% mais no preço do produto (TAUNAY, 1943).

Todas essas condições, aliadas a uma menor idade média dos cafeeiros para iniciarem a produção, fizeram com que a produtividade das lavouras do oeste paulista chegasse a ser cinco vezes maior do

que a verificada na antiga região produtora, o Vale do Paraíba (SIMONSEN, 1973). Com isso, aumentou a margem de lucro da cafeicultura, o que gerou a ocupação de novas terras.

Entretanto, à medida que a fronteira agrícola se expandia em direção ao interior aumentava o custo de transporte entre a zona produtora e o porto. A superação desse problema deu-se pela implantação das ferrovias, as quais se constituíram em uma das mais importantes atividades componentes do complexo cafeeiro do oeste paulista. Sua importância pode ser evidenciada através dos inúmeros papéis por elas exercidos. Inicialmente, no processo de expansão da fronteira agrícola, tornando economicamente acessíveis às terras virgens. Rebaixando os custos de produção, ao diminuir os gastos com o escoamento do café das fazendas ao porto de exportação, anteriormente feito por tropas de muares. Contribuíram para diminuir a perda do café no armazenamento e no transporte até o porto, visto que, pela deficiência no transportes por muares, parte da produção de café estragava nas fazendas mais distantes a espera de carregamento, outra porção era extraviada durante o longo período de transporte, devido às precárias condições em que esse serviço era executado. Os benefícios com o estabelecimento das ferrovias trouxeram aos produtores maiores lucros que se materializavam em novos plantios, os quais necessitavam de mais trabalhadores.

A solução viria pela imigração, mas esta acarretava custos com o transporte e a instalação dos imigrantes. Para que esses gastos não recaíssem sobre os lucros do café, visto que, redundaria na queda da taxa de acumulação, a classe produtora, agindo politicamente, conseguiu a solução estatal, ou seja, o Estado de São Paulo se encarregaria por vezes de financiar em parte ou a totalidade dos gastos com a imigração. Posteriormente o Poder Central passou também a financiar essa operação (CARDOSO DE MELLO, 1998). Desse modo, de 10.464 imigrantes chegados ao Estado de São Paulo, em 1872, esse número alcança 936.486 em 1900, atingindo 2,5 milhões em 1930 (SECRETARIA, 1937).

À medida que o negócio do café se expandia,

várias outras atividades econômicas de caráter urbano surgiram e passaram a interagir com a economia cafeeira. A sinergia que essas atividades desempenham com a economia cafeeira é tratada na seção seguinte, cuja análise demonstra como se processou endogenamente o complexo capitalista do oeste paulista.

## 5 - RELAÇÕES DE PRODUÇÃO NA CULTURA DO CAFÉ EM SÃO PAULO (1886 a 1929)

Alguns fatores que antecederam a economia cafeeira do oeste paulista funcionaram como uma "acumulação primitiva" para o complexo que se estabeleceu a partir de 1886.

Entre 1765-75, a capitania de São Paulo era governada por Morgado de Mateus, figura excepcional nos quadros da administração pombalina; imbuído do espírito iluminista, iniciando o desenvolvimento econômico paulista, a partir da lavoura canavieira que passou a atender o mercado mundial (MATOS, 1990). Tão importante foi este ciclo paulista do açúcar que Ellis Júnior (1951) chega a afirmar que, sem ele, "teria sido impossível a expansão cafeeira e a conquista dos sertões do oeste paulista".

Nas três primeiras décadas do século XIX (1800-1830), o café tornara-se um produto de consumo mundial, e o Brasil alcançou a liderança da produção. Esse produto assumiu as exportações brasileiras e sul-americanas (SIMONSEN, 1973). O centro de produção era o vale do Paraíba, e a zona serrana do chamado "Norte de São Paulo" (MATOS, 1990).

Na segunda metade do século XIX, a ferrovia desempenhou um papel fundamental para viabilizar e expandir a cultura do café em São Paulo. A ferrovia Santos a Jundiaí, concluída em 1867, com 140km, financiada pelo capital inglês, foi fundamental para diminuir o custo de escoamento da produção, e melhorar a qualidade do café, pelo menor tempo gasto no escoamento da produção (CARDOSO DE MELLO, 1998). De 1867 a 1929, a rede ferroviária do Estado de São Paulo atingiu 7.100km, destacando-se a década de 1870, em que ocorrera a sua maior expansão,

passando de 140km para 1.212km (MATOS, 1990).

Por outro lado, a expansão da malha ferroviária não era apenas de interesse dos produtores de café. A essa época os países centrais já estavam na segunda Revolução Industrial, com ociosidade de capitais. Era fundamental que esses capitais encontrassem espaços de investimentos nas novas áreas periféricas que se incorporavam ao sistema capitalista. Uma solução encontrada pelos países industrializados foi construir ferrovias.

Outro aspecto importante foi a vinda da força de trabalho européia empregada na cafeicultura com o apoio do Estado na Província de São Paulo, que em 1881 passou a financiar 50% das despesas de transporte, assumindo, em 1885, o total financiamento (COSTA, 1966). Esse fato foi responsável pelo desdobramento da acumulação de capital mercantil ao estabelecer um novo tempo histórico vinculado ao trabalho livre e à acumulação capitalista de capital. O complexo cafeeiro do Oeste Paulista sob vivenciar essa transição ao pôr a acumulação de capital mercantil gerada pela escravidão a serviço da sua revolução burguesa.

Além disso, a cultura do café também foi respaldada pelo início do setor público agrícola paulista, a partir das atividades em pesquisa do Instituto Agrônomo de Campinas, em 1887, tendo como um dos seus idealizadores o ministro da Agricultura do Império, e também fazendeiro de café, Antônio Prado. Em seguida, surgiu a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, em 1892; no âmbito desta, foi criada, em 1899, a revista técnica *Boletim da Agricultura* que divulgava dados estatísticos e informações aos produtores, às indústrias e ao comércio relacionados com a agricultura. Em 1898 foi criada a *Escola Agrícola Prática de Piracicaba*, que se transformaria na *Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz*, a partir de 1925 (MARTINS, 1991; PINO et al., 2003). Em 1923, devido à infestação da broca do café, criou-se a *Comissão de Estudos e Debelação da Praga Cafeeira*, origem do Instituto Biológico, instalado em 1927, com denominação de Instituto Biológico de Defesa Agrícola e Animal (INSTITUTO, 1971).

No plano político, destaque-se o pacto federativo, uma invenção dos líderes da independência americana, no final do século XVIII, para construir a unidade das colônias americanas recém-emancipadas da Inglaterra. No Brasil, ele surge com o Manifesto Republicano de 1870 e se consolida com a Constituição de 1891, desintegrando o Estado Imperial Unitário e permitindo a manifestação do poder regional. Foi nas brechas desse impulso regionalista que se engendrou, segundo Camargo (2001), um "federalismo caboclo" que se deformou e adaptou o Estado aos interesses das oligarquias regionais, que dominaram a primeira década do século XX, sobretudo, a oligarquia cafeeira do oeste paulista que muito bem soube aproveitar essa posição.

Apoiados nesses fatores antecedentes que lhe beneficiavam, os produtores de café, do oeste paulista, passaram, a partir da década de 1890, a trabalhar junto aos governos da República e de São Paulo por políticas econômicas que viessem beneficiar o negócio do café. Inicialmente com a política monetária que era restritiva aos interesses desse segmento econômico, tanto na expansão da base monetária, quanto aos juros cobrados. Essa situação se alterou, a política monetária direcionou-se às lavouras de exportação eliminando as restrições existentes (PELÁEZ, 1980).

Em seguida, destacaram-se as desvalorizações cambiais do início da República. Essas se constituíram em um poderoso estímulo à produção de café. Ao promover a queda do preço em moeda estrangeira, mantinha-o elevado internamente e com isso garantia lucratividade na cafeicultura, de modo que, ao final do século XIX, já havia excesso de produção. No entanto, sua permanência tinha efeitos danosos em outros setores da economia; encarecia as importações e afetava o imposto de importação, a principal fonte de receita governamental (OLIVEIRA, 1981).

Como consequência dessa situação formou-se um consenso nacional em favor da intervenção do Estado no mercado produtor de café, o que ocorreu com a eliminação do mecanismo pelo qual se dava proteção à renda dos cafeicultores: a contínua desvalorização da taxa de câmbio.



Os cafeicultores reagem com o movimento pela valorização da produção, que não ocorreu nos primeiros anos do século XX em virtude da melhoria nos preços internacionais do café. Mas, a previsão de uma safra recorde para o ano agrícola de 1906/07 fortaleceu esse movimento que se tornou realidade através do Acordo de Taubaté, em 1906. Posteriormente, sucederam-se os planos de valorização do café até 1924, e em 1925 estabeleceu-se a defesa permanente do café.

Essas medidas incentivaram novos plantios, que se deram a partir de 1926, contribuindo para que fosse ultrapassada a quantidade de mais de um milhão de cafeeiros plantados no Estado de São Paulo. Essa população de cafeeiros iria contribuir, quando em produção, para ativar a crise que se instalou na cafeicultura em 1929 (DELFIN NETTO, 1966).

Concomitantemente à expansão dos cafezais, novos investimentos promovidos pelo capital cafeeiro, ou em função dele, direcionaram-se também para atividades nitidamente urbanas, destacando-se: a industrial, a bancária, os escritórios, a armazenagem, as oficinas, os comércios atacadistas de exportação e importação e varejista, o transporte urbano, a comunicação, a energia elétrica, a construção civil, etc. Todo esse complexo de atividades termina por influir também na expansão do aparelho do Estado. Essas novas ocupações econômicas, ao fazerem sinergias com aquelas da lavoura cafeeira, propiciaram a decolagem do desenvolvimento econômico do Estado de São Paulo.

Quanto à indústria paulista, em 1907, o valor da sua produção representava 15,9% da produção brasileira; em 1918 passou para 32,5%. Essa expansão foi financiada pelo excedente de capital cafeeiro, cujas exportações, nesse período, atingiram 364,8 milhões de libras, enquanto a borracha, segundo produto em valor nas exportações, chegou a 83 milhões de libras (CANO, 1990). Também teve um importante impulso advindo da Primeira Guerra Mundial (1914-18), a qual fez diminuir as importações brasileiras. O porto de Santos registrou no período da guerra queda de 73% na importação de máquinas em relação a 1909-13 (BRENER, 2004).

Essa industrialização, denominada substituição de importações, concentrou-se inicialmente nos bens de consumo não-duráveis - roupas, alimentos e bebidas - que exigiam pouca transferência de tecnologia.

Com o seu desenvolvimento, passou a atender vários segmentos que demandavam seus produtos, tais como: a fabricação de máquinas e implementos para a atividade agrícola e para o beneficiamento do café; a produção de sacarias de juta para a embalagem do café; e o de bens de consumo de massa.

O surto de industrialização em São Paulo prosseguiu com o gradual aumento da produção até 1923, após o que seu ritmo foi freado por causas exógenas, como o movimento revolucionário de 1924, a crise energética que durou até 1926 e a grande depressão de 1929. Somente a partir de 1933, a indústria paulista retomou o seu crescimento (VILLELA e SUZIGAN, 2001). Contudo, as bases da liderança nacional nesse setor já estavam lançadas. Por outro lado, a atividade cafeeira foi capaz de acumular capital em território paulista, ao mesmo tempo em que reinvestia em segmentos outros que não o café.

Essa atividade foi, sem qualquer dúvida, superior a qualquer outra do País, seja na dimensão absoluta, seja na capacidade geradora do dinâmico processo de acumulação, seja na capacidade de novos investimentos e conseqüentemente na expansão do mercado interno (CANO, 1990).

## 6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

As culturas do algodão no Maranhão (1760-1888) e do café em São Paulo (1886-1929) contribuíram para o desenvolvimento econômico dessas duas regiões ao propiciarem acumulação do capital, geração de divisas, abertura de mercado para produtos não-agrícolas, contribuição na diversificação da economia, além do fornecimento de matéria-prima para a indústria. Todavia, essas contribuições foram desiguais para as duas regiões.

Na melhor fase econômica da cultura do algodão (1760-1820), o Maranhão estava politicamente

vinculado à coroa portuguesa, significando que a acumulação do capital se deu em favor da burguesia européia e da coroa portuguesa. Na fase seguinte (1823-1888), como uma província do Estado brasileiro, o desempenho da economia algodoeira ocorreu em ritmo menor, além do que, por trabalhar com mão-de-obra escrava, não foi possível o estabelecimento de um mercado para produtos não-agrícolas, baseado na classe trabalhadora. Por outro lado, a elite econômica atuava com as mesmas relações de produção do sistema mercantilista português.

Quanto ao café, propiciou a acumulação do capital, a geração de divisas, a abertura de mercado para produtos não-agrícolas e o fornecimento de matéria-prima para que as indústrias ocorressem concomitantemente em território paulista. As elites econômicas paulistas foram capazes de promover políticas que lhes beneficiavam, ao mesmo tempo em que novos investimentos não se faziam apenas na agricultura, mas foram alocados na infra-estrutura, na indústria, nos serviços e até na área financeira. Esse quadro estabeleceu uma nova rede de produção em segmentos variados da economia, fator importante para a manutenção do desenvolvimento econômico.

Tal situação não ocorrera na economia algodoeira do Maranhão, na qual a maior parte dos investimentos foram realizados na metrópole, e mais que isso, em investimentos sem sinergia com os negócios do algodão, conforme demonstrado pela pesquisa. E na fase de província, a elite econômica maranhense não foi capaz de demonstrar comportamento análogo à sua congênere paulista, visto que a acumulação do capital e os novos investimentos necessitam de inovações para manter o desenvolvimento econômico.

A produção algodoeira maranhense não competia em preço, no mercado internacional, com a norte-americana, que produzia a partir de técnicas com melhor adaptação a esse segmento produtivo, mas pelo contrário, manteve-se com processos produtivos arcaicos e até mesmo não adaptados às condições ecológicas dos trópicos úmidos.

Os produtores de café do oeste paulista perceberam esta questão de modo que, em 1887, foi

criado o Instituto Agrônomo de Campinas (IAC). Em 1892, foi criada a Secretaria da Agricultura, Comércio e Obras Públicas e, posteriormente, os estabelecimentos de ensino direcionados à agricultura, e o Instituto Biológico.

As políticas econômicas utilizadas nas duas economias aqui pesquisadas revelam sua importância para o atendimento de metas a serem alcançadas. A produção algodoeira maranhense, na sua fase de *boom* econômico, fora regida pelo mercantilismo, tanto em sua face de "política econômica de uma era de acumulação primitiva", quanto no seu sentido de "política econômica dos Estados modernos monárquico-absolutistas".

No caso da produção cafeeira do oeste paulista, as classes produtoras souberam muito bem trabalhar pela implementação de políticas que os beneficiassem, desde a imigração, ainda no Império, as desvalorizações cambiais do início da República, os sucessivos planos de valorização do café (1906 a 1924), a defesa permanente do café a partir de 1925, e a criação das instituições que deram início ao setor público agrícola paulista.

O aspecto das políticas públicas, embora não seja o tema central desta pesquisa, e por isso mesmo não teve o detalhamento necessário, merece um maior aprofundamento, em pesquisa futura, dada a importância que elas assumem no planejamento do desenvolvimento econômico, principalmente no local ou regional.

## LITERATURA CITADA

ALBUQUERQUE, C. P. de. **O mercado de algodão em pluma: subsídios à fixação de preços mínimos.** 1980. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Ceará.

ALMEIDA, A. W. B. **A ideologia da decadência: leitura antropológica a uma história da agricultura do Maranhão.** São Luís: IPES, 1983.

AMARAL, L. **História geral da agricultura brasileira.** 2. ed. São Paulo: Nacional, 1958. v. 2.

ARRUDA, J. J. de A. **O Brasil no comércio colonial.** São Paulo: Ática, 1980.

BRAUDEL, F. **Civilização material, economia e capitalismo.** São Paulo: Martins Fontes, 1966. v. 2.

- BRENER, J. Das cinzas da guerra, um novo Brasil. **História Viva**, v. 1, n. 3, p. 84-89, 2004.
- CALDEIRA, J. **A nação mercantilista**: ensaios sobre o Brasil. São Paulo: Editora 34, 1999.
- CAMARGO, A. Federalismo e identidade nacional. In: SACHS, I; WILHEIM, J; PINHEIRO, P. S. (Orgs.). **Brasil**: um século de transformações. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- CANO, W. **Ensaio sobre a formação econômica regional do Brasil**. São Paulo: Unicamp, 2002.
- \_\_\_\_\_. **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. 3. ed. São Paulo: Hucitec, 1990.
- CARDOSO, F. H. **Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1962.
- CARDOSO DE MELLO, J. M. **O capitalismo tardio**. 9. ed. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- CARVALHO, C. J. de. **Ascensão e crise da lavoura algodoeira no Maranhão (1760-1910)**. 1982. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- CHAMBOULEYRON, R. Revoltas no estado do Maranhão. **Nossa História**, v. 2, n. 20, p. 40-43, 2005.
- COSTA, E. V. da. **Da colônia a senzala**. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1966.
- DELFIN NETTO, A. **O problema do café no Brasil**. São Paulo: USP/FCEA, 1966. (Boletim, n. 5).
- ELLIS JÚNIOR, A. **O café e a Paulistânia**. São Paulo: USP, 1951.
- FALCON, F. **Mercantilismo e transição**. 10. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FAORO, R. **Os donos do poder**: formação do patronato político brasileiro. 3. ed. São Paulo: Globo, 2001.
- FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. 30. ed. São Paulo: Nacional, 2001.
- GAIOSO, R. J. S. de. **Compêndio histórico-político dos princípios da lavoura do Maranhão**. Rio de Janeiro: Livros do Mundo Inteiro, 1970.
- INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA. **Desenvolvimento da agricultura paulista**. São Paulo, 1971.
- LIMA, H. F. **História político-econômica e industrial do Brasil**. São Paulo: Nacional, 1970.
- MARTINS, Z. **Agricultura paulista**: uma história maior que cem anos. São Paulo: SAA, 1991.
- MATOS, O. N. de. **Café e ferrovias**: a evolução ferroviária de São Paulo e o desenvolvimento da cultura cafeeira. 4. ed. Campinas: Pontes, 1990.
- MEIRELES, M. M. **Historia do Maranhão**. 3. ed. São Paulo: Siciliano, 2001.
- NICOLA, J. de. **Literatura brasileira**: das origens aos nossos dias. São Paulo: Scipione, 1998.
- NORTH, D. C. **The economic growth of the United States, 1790-1860**. New York: W. W. Norton & Company, 1966.
- OLIVEIRA, F. A. de. **A reforma tributária de 1966 e a acumulação de capital no Brasil**. São Paulo: Brasil Debates, 1981.
- PELAÉZ, C. M. Uma análise econômica da história do café brasileiro. In: NEUHAUS, P. (Coord.). **Economia brasileira**: uma visão histórica. Rio de Janeiro: Campus, 1980. p. 317-355.
- PINAZZA, L. A; ALIMANDRO, R. Fibra resistente: da proibição da rainha à abertura do governo, a cotonicultura brasileira resiste e ensaia passos de recuperação. **Agroanalysis**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 11, p. 14-21, nov. 2000.
- PINO, F. A. et al. Agricultura em São Paulo, 50 anos. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 50, t. 1, p. 7-13, 2003.
- PRADANOV, C. C. **O mercantilismo e a América**. São Paulo: Contexto, 1990.
- REZENDE, C. **História econômica geral**. São Paulo: Contexto, 2000.
- SECRETARIA DA AGRICULTURA, INDÚSTRIA E COMÉRCIO. **Boletim da diretoria de terras, colonização e imigração**. São Paulo, 1937.
- SIMONSEN, R. **Evolução industrial de São Paulo e outros aspectos**. São Paulo: Nacional, 1973.
- STEIN, S. J. **Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950**. Rio de Janeiro: Campus, 1979.
- TAUNAY, A. de E. **História do café no Brasil**. Rio de Janeiro: Departamento Nacional do Café, 1943. v. 15.
- TRIBUZI, J. P. G. **Formação econômica do Maranhão**: uma proposta de desenvolvimento. São Luís: FIPES, 1981.
- VILLELA, A. V; SUZIGAN, W. Política do governo e crescimento da economia brasileira 1889-1945. 3. ed. Brasília: IPEA, 2001.

Recebido em 08/05/2005. Liberado para publicação em 19/07/2005.